



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS
SOLIDÁRIOS
CAMPUS CAMPIINA GRANDE – PB

UFCG/BIBLIOTECA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL
&
ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DO SÍTIO ESPINHEIRO, CUITÉ - PB**

Idiovane Lira de Carvalho

Cuité - PB

2013

IDIOVANE LIRA DE CARVALHO

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL
&
ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DO SÍTIO ESPINHEIRO, CUITÉ - PB**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisitos para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. José Justino Filho



Biblioteca Setorial do CES.

Julho de 2021.

Cuité - PB

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

C331e Carvalho, Idiovane Lira de.

A educação de jovens e adultos na escola municipal e associação de apicultores do sítio espinheiro, Cuité - PB. / Idiovane Lira de Carvalho – Cuité: CES, 2013.

27 fl.

Monografia (Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano) – Centro de Educação e Saúde / UFCEG, 2013.

Orientador: Dr. José Justino Filho.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Apicultura familiar. 3. Políticas educacionais - EJA. I. Título.

CDU 37.014.22

IDIOVANE LIRA DE CARVALHO

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA MUNICIPAL
&
ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DO SÍTIO ESPINHEIRO, CUITÉ - PB**

Monografia apresentada pelo aluno Idiovane Lira de Carvalho do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano, tendo obtido conceito _____.

Aprovado em 30 / 09 / 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ramilton Marinho Costa

Prof. Dr. José Carlos Oliveira Santos

Prof. Dr. José Justino Filho

DEDICATÓRIA

A todos os que acreditaram em mim,
e que de uma forma ou de outra me
incentivaram a participar de mais um
período de reflexão sobre a prática
pedagógica por nós desenvolvida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que sempre esteve comigo, nesta jornada árdua, abençoando e me concebendo condições para cumprir com os meus compromissos. Por ser tão amigo, pela força e coragem que fez nascer em mim.

A minha esposa Ivana Luciene, minha família e especialmente a minha mãe Professora Maria das Neves Lira de Carvalho, que dedicou incansáveis anos de sua vida, buscando contribuir através de sua prática pedagógica, à formação de cidadãos.

Aos amigos, colegas de trabalho que com muito carinho me incentivaram para a realização desse sonho.

A turma pelos meses de convivência, amizade e solidariedade e pelo carinho destinado a minha pessoa.

Aos professores do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano da Universidade Federal de Campina Grande e especialmente ao Professor Dr. José Justino Filho, por terem me ajudado na reflexão sobre a minha prática pedagógica e na construção deste trabalho.

Meu muito obrigado.

RESUMO

O Brasil passa por intensas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, apresentando em um ritmo acelerado novos desafios e possibilidades de crescimento para a população. Nessa realidade, a educação se insere como um poderoso instrumento de modernização e avanço social. O presente trabalho objetiva uma reflexão sobre o processo histórico da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil, focando em especial a criação e implementação dessa modalidade de ensino na Escola Municipal do Sítio Espinheiro, Cuité – PB. A pesquisa também teve como objetivos identificar o perfil dos alunos beneficiados pela EJA na referida escola e a importância da escolaridade para o melhor desempenho na sua atividade profissional. A investigação partiu de uma pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e interpretativa. Os instrumentos utilizados foram questionários aplicados aos alunos e professora da modalidade de EJA atuantes na escola em questão. O resultado mostrou que os alunos entrevistados estão conscientes da importância que o conhecimento sistemático terá em suas vidas, como também no próprio trabalho, que possibilitará a melhoria das condições de ascensão na carreira profissional ou busca de uma melhor oportunidade. E que apesar de todas as dificuldades enfrentadas por estes alunos, deveremos incentivá-los a manter a perseverança em procurar a escola e continuar a trajetória estudantil, um dia interrompida por diversos fatores. Em relação ao professor, através desta pesquisa, observamos o quanto é difícil encontrar profissionais realmente preparados para atuar na EJA, como também não há uma grande preocupação das instituições de ensino superior com a formação acadêmica voltada para esse segmento educacional. Porém, é preciso reforçar que a professora apesar de não ser capacitada especificamente para EJA, é comprometida com a educação dos jovens e adultos. O professor precisa deverá ser valorizado para que a educação tenha uma qualidade superior. Se esse grande salto ocorrer, há a possibilidade de construir uma sociedade justa, crítica e com sujeitos competentes.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos e Apicultura Familiar, Políticas Educacionais, Histórico da EJA.

ABSTRACT

Brazil is going through intense social, political, economic and cultural , presenting in a fast-paced new challenges and opportunities for growth for the population . In this reality, education is included as a powerful instrument of modernization and social advancement. This paper aims to reflect on the historical process of the education of youth and adults (EJA) in Brazil , focusing in particular on the creation and implementation of this type of education in the School Site Council buckthorn Cuité - PB . The survey also aimed to identify the profile of students benefited by EJA at the school and the importance of education for the best performance in their professional activity. The research began with a literature review, documentary, descriptive and interpretative. The instruments used were questionnaires administered to students and teacher mode EJA active in the school in question. The result showed that the students interviewed are aware of the importance of systematic knowledge will have on their lives, but also in the work itself, which will enable the improvement of career advancement or professional seeking a better opportunity. And that despite all the difficulties faced by these students, we should encourage them to maintain perseverance in seeking the school and continue the trajectory student one day interrupted by several factors. Regarding the teacher, through this research, we observed that it is difficult to find professionals really prepared to act in the EJA, but also there is a great concern of higher education institutions with academic training toward this educational segment. However, we must strengthen the teacher despite not being trained specifically for adult education, is committed to the education of youth and adults. The teacher needs to be valued for that education has a higher quality. If this big jump occurs, there is the possibility of building a just society, critical and competent individuals.

Keywords: Youth and Adults and Beekeeping Family , Educational Policy , History EJA .



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. METODOLOGIA.....	11
3. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	12
5. ESCOLA MUNICIPAL DO SÍTIO ESPINHEIRO EM CUITÉ – PB & ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DO SÍTIO ESPINHEIRO EM CUITÉ - PB.	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	25
7. REFERÊNCIAS.	27



1- INTRODUÇÃO

Ultimamente a educação assumiu um papel de destaque nas discussões políticas do Brasil. Questionamentos e estudos sobre os modelos de ensino, o acesso e permanência dos alunos na escola, as características do sistema, entre outros, nortearam a agenda do setor público e ao mesmo tempo de pesquisadores.

A partir daí, percebe-se que a educação é o ponto crucial de toda mudança no pensamento presente, para que se possa ultrapassar a cultura excludente, alcançando um pensamento crítico-reflexivo, de acordo com a realidade atual.

Assim, por meio destas transformações será possível reavaliar como as estruturas do paradigma sócio-político atual estarão sendo gradativamente re-consideradas. Torna-se indispensável também, reavaliar a própria educação para que haja a ruptura deste paradigma de reprodução, exclusão e degradação.

Somente através das mudanças sociais no Brasil, a preocupação com o desenvolvimento da educação torna-se cada vez mais evidente, possibilitando o acesso e permanência dos sujeitos na escola, além de propiciar aqueles que se encontram a margem deste processo, condições de ingressarem no âmbito escolar, através de uma educação permanente e adequada para jovens, adultos e idosos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve configurar-se como uma nova possibilidade para muitas pessoas, que por motivos diversos estiveram afastadas da escola ou não tiveram a oportunidade de frequentá-la na idade certa.

A Educação de Jovens e Adultos não deve se estruturar como uma adaptação do sistema educacional vigente no Ensino Fundamental e Médio, uma vez que, volta-se a uma camada socialmente desfavorecida, nos âmbitos econômicos, político e social. Estes sujeitos, por muitas vezes, encontram-se a margem do processo educacional, pois em sua realidade foram submetidos ao mercado de trabalho ou não encontraram condições para se manter na escola. Em outros contextos, também se destaca a ausência de espaços escolares adequados, para suprir a demanda. Pode-se também citar a própria falta de interesse de alguns alunos que resultou na evasão escolar. A partir do momento que se objetiva a melhoria nas condições pessoais, sociais, financeiras e relacionadas à ascensão no trabalho, ocorre novamente à busca pela escolarização.

Neste contexto, a identidade da Educação de Jovens e Adultos tem uma estreita relação com as Políticas Públicas, pois esta modalidade de ensino apresenta-se como possibilidade de inclusão social, vindo ao encontro da responsabilidade pública para com os cidadãos. Neste ponto, pode-se destacar o Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que prescreve “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, como também a própria Declaração de Jomtien que afirma a necessidade e o direito da educação para todos.

UFPA BIBLIOTECA

2. METODOLOGIA

- A investigação partiu de uma pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e interpretativa. Os instrumentos utilizados foram os questionários aplicados aos alunos e entrevista para a professora da modalidade de Educação de Jovens e Adultos atuante na escola em questão.

3. CONTEXTO HISTÓRICO DA EJA/ECOSOL NO BRASIL

A estrutura da Educação de Jovens e Adultos no Brasil possui uma relação com os condicionantes sócio-históricos da educação brasileira, a qual se envolve diretamente com relações políticas, econômicas, culturais, históricas e sociais. Pensar em Educação de Jovens e Adultos é referir-se diretamente às próprias manifestações da educação em seu contexto mais amplo, tal como as movimentações políticas, que segundo seus ideais paradigmáticos interferem socialmente e historicamente neste contexto.

A educação em seu âmbito mais amplo, é vista como uma das alavancas da mobilidade social, que através de um processo consciente permite a transformação das estruturas que alicerçam a sociedade. Neste âmbito, a Educação de Jovens e Adultos, enquanto modalidade de ensino, também assume seu papel como possibilidade de mudança e oportunidades para àqueles que estiveram marginalizados do processo de escolarização.

Para analisar a Educação de Jovens e Adultos se torna fundamental estabelecer uma relação direta com o seu contexto histórico.

Observando as políticas desenvolvidas no decorrer da história do Brasil, percebem-se os referenciais que norteiam a conceitualização, os objetivos e o desenvolvimento da educação. A educação de adultos, apesar do caráter excludente apresentado, desde o período imperial, apresentava algumas iniciativas, como as escolas noturnas que atendiam adultos.

A Constituição Federal (1824), estava previsto a garantia de uma instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. Este direito não foi consolidado, uma vez que apenas uma parcela da população podia ser considerada como cidadã. Outro ponto, que também dificultou a disseminação da educação refere-se ao fato que as províncias deveriam prover a educação básica. Porém, por falta de recursos suficientes, a maioria das províncias não respeitava este direito. Neste mesmo contexto, a educação da elite brasileira estava a cargo do governo federal, acentuando as desigualdades e a impossibilidade de acesso à educação por grande parte da população.

Já no período republicano, percebe-se a existência de muitas campanhas educacionais, porém, estas apresentavam pouca duração e falta de continuidade. Outro grande problema destas campanhas era a sistematização ineficiente. Apesar de todos os problemas enfrentados, estas ações buscavam apoio na sociedade para seu desenvolvimento. Assim, o governo eximia-se de sua responsabilidade enquanto disseminador e provedor da educação, não

havendo compromisso de uma política educacional que atendesse as exigências de um ensino sistematizado, regular e institucional.

Estas primeiras ações da sociedade civil em prol da educação se estenderam até a Revolução de 1930. Neste período, a educação para jovens e adultos, pautava-se apenas na alfabetização, enquanto apropriação do código alfabético, a fim de instrumentalizar a população com noções restritivas de leitura e escrita.

Neste período, outros movimentos vinham em confronto a esta precária realidade da educação, por exemplo, o movimento escolanovista, que tinha em sua base o objetivo de modificar a estrutura educacional tradicionalista.

Em 1930, o objetivo da educação começa a modificar-se, sendo que o pensamento educacional que emergia refere-se à preparação dos sujeitos para as responsabilidades da cidadania.

Assim, na Era Vargas, o Estado brasileiro começou a modificar sua estrutura, ocorrendo à centralização de ações, a formação de um estado moderno nacional, com a constituição das leis trabalhistas, normatização dos sindicatos e a expansão de sistema educativo. Através desta nova estrutura social ocorreram grandes transformações, resultando também na concentração populacional em centros urbanos. A industrialização passou a exigir um novo perfil profissional, assim à oferta do ensino básico gratuito passou a acolher vários setores. O governo federal diante da demanda populacional impulsionou a ampliação da educação e delineou as diretrizes educacionais para todo o país, com responsabilidade dos estados e municípios.

Neste mesmo período, foi criado em 1938 o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), o qual em 1942 instituiu o Fundo Nacional do Ensino Primário, um programa destinado à ampliação da educação primária, o qual incluía o ensino de caráter supletivo para jovens e adultos.

Já nos anos 1940, a educação de adultos foi considerada como uma espécie de extensão da escola formal, principalmente para a população da zona rural (FREIRE *apud* GADOTTI, 1979). Neste período, as ações educacionais pressupunham a instrumentalização e a preparação para o trabalho. Porém, por se tratar de um período instável, no qual vivenciou a Segunda Guerra, muitas ações não foram consolidadas.

Em 1945, no período pós-guerra, foi criada a UNESCO, com o objetivo de divulgar e promover uma educação voltada para a paz dos povos. Neste âmbito, a educação de adultos era considerada como um caminho para possibilitar o desenvolvimento de países do terceiro mundo. A educação era defendida como forma de integração social, de maneira passiva e

instrumental, sem visão crítica. A criação da UNESCO, tal como as suas ações posteriores contribuíram de maneira ímpar para a discussão e implementação de ações referentes ao analfabetismo, à educação de adultos e às desigualdades sociais mundiais especialmente em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

No período pós-guerra e pós Era Vargas, a política de redemocratização do Brasil surgiu de maneira efervescente. A educação apareceu como alavanca de mudança, a qual impulsionou a necessidade de educar o povo para que o país pudesse alcançar o desenvolvimento, além da participação política ativa, através do voto, a qual se daria com a incorporação da elevada população analfabeta neste período. Devido às mudanças propostas, muitos educadores envolveram-se neste processo, num período conhecido como “entusiasmo pela educação”.

A partir 1940, a Educação brasileira incorporou a matriz curricular urbanizada e industrializada, o que gera uma mudança radical no modo pelo qual se busca sustentação econômica, passa a ser urbanocêntrica, sociocêntrica e etnocêntrica, desrespeitando assim, a população a quem se destinavam, os saberes ali construídos, o contexto onde estava situada, as relações sociais, produtivas e culturais e a necessidade de formação sócio-profissional desse povo.

No ano de 1947, foi criado o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA), com o objetivo de coordenar os trabalhos do Ensino Supletivo, gerando várias ações que permitiram a realização da 1ª Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), a qual atendeu as deliberações da UNESCO. Aliada a idéia de redemocratização do país, a campanha cumpria os objetivos de preparar mão-de-obra para crescente industrialização e urbanização do país; penetrar no campo e integrar os imigrantes dos Estados do Sul; melhorar as estatísticas brasileiras em relação ao analfabetismo. Mas essa forma de pensar não demorou muito a se mostrar profundamente desigual, determinando ritmos de progresso diferenciados, conforme a região em que estivesse localizado.

A CEAA iniciou no Congresso, quando delegados de Estados e Territórios apresentaram teses que geraram sugestões para a elaboração de uma Lei Orgânica de Educação de Adultos.

Esta campanha pretendia uma ação extensiva para alfabetização do curso primário em dois períodos de sete meses. Em seguida, seguiria uma etapa de capacitação profissional e ao desenvolvimento comunitário. Nos primeiros anos a campanha conseguiu resultados significativos, articulando e ampliando os serviços já existentes e estendendo-a as diversas regiões do país. Em pouco tempo, criou-se vários supletivos, mobilizando esforços das

diversas esferas administrativas, de profissionais e voluntários. A campanha extinguiu-se antes do final da década de 50, sobrevivendo à rede de Ensino Supletivo por meio dela implantada, assumida pelos estados e municípios.

Em 1950, a educação de adultos começou a assumir um novo papel, sendo considerada como uma educação de base, com desenvolvimento comunitário. No final desta década, a educação libertadora e a educação profissional ganham destaque, sendo consideradas as duas tendências mais expressivas para a educação de adultos.

Assim, as iniciativas e ações que ocorrem nesse período, passam à margem das reflexões e discussões sobre o analfabetismo e acerca de um referencial teórico próprio para a educação de adultos no Brasil e para a consolidação de um novo paradigma pedagógico cuja referência principal foi o pernambucano Paulo Freire.

Freire (2002), trazendo este novo espírito da época acabou por se tornar um marco teórico na Educação de Adultos, desenvolvendo uma metodologia própria de trabalho, que unia pela primeira vez a especificidade dessa Educação em relação a quem educar, para que e como educar, a partir do princípio de que a educação era um ato político, podendo servir tanto para a submissão como para a libertação do povo.

O novo paradigma pedagógico baseava-se num novo entendimento de relação entre a problemática educacional e problemática social. Partindo das concepções do adulto educando sobre o mundo, através da reflexão e da ação, afirmava a relação dialógica educando/educador: os sujeitos se educavam por meio da problematização das situações concretas de vida de cada grupo de trabalho, desenvolvendo suas visões críticas, ampliando suas visões de mundo, descobrindo a palavra cheia de vida e da sua experiência, inserida num contexto cultural que faz do homem sua própria humanidade ou desumanidade.

A grande preocupação de Freire (2002, p. 12) é “uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política”.

Freire inverteu a lógica das décadas anteriores ao trabalhar com a concepção de que o adulto analfabeto não era causa do subdesenvolvimento do país, mas sua consequência, ou melhor, vítima de uma sociedade injusta e desigual, de um sistema que buscava reproduzir, pela educação, o poder das elites políticas, econômicas e sociais do país.

Invertendo a visão do analfabeto com um sujeito sem cultura, sua metodologia consistia em trazer a discussão do que é cultura e fazer os sujeitos reconhecerem-se como produtores de cultura a partir de suas próprias situações cotidianas, na qual a alfabetização vem inserir-se como mais um instrumento para a leitura do mundo.

Nessa “sociedade em trânsito”, Freire procurou mostrar o papel político que a educação pode vir a desempenhar, e desempenha sempre – na construção de outra sociedade, a “sociedade aberta”. Na sua concepção “a construção de uma nova sociedade não poderá ser conduzida pelas elites dominantes, incapazes de oferecer as bases de uma política de reformas, mas apenas pelas massas populares que são a única forma capaz de operar a mudança” (FREIRE, 2002, p.34).

Para Freire (2002), através da educação seria possível ampliar a participação consistente das massas e levar à sua organização crescente.

A educação popular foi sendo divulgada através de inúmeros agentes: intelectuais, artistas, estudantes, militantes da igreja, militantes políticos, enfim, de setores população que se sentiam comprometidos politicamente com as classes populares e buscavam uma real transformação, construídas no respeito mútuo, na solidariedade humana, na reflexão coletiva, no compromisso de cada um com a aprendizagem de todo o grupo.

Com a ditadura militar em 1964, os movimentos de conscientização popular são desativados e seus líderes punidos por serem considerados subversivos. O golpe militar acentuou a concepção urbanocêntrica, tecnicista e produtivista da educação, com o fechamento dos canais de participação e representação, impõe limites e controle aos segmentos populares aos bens educacionais e sociais.

Em 1967, a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Fundação MOBRAF foi considerada como primeira iniciativa importante na educação de jovens e adultos. A própria estrutura do MOBRAF vinculou-se até meados de 1969 ao Departamento Nacional de Educação, bem como promoveu atividades de alfabetização e programas articulados nos campos de saúde, recreação e civismo, mediante convênios com entidades públicas e privadas.

Em 1970, o MOBRAF, atuou a partir de convênios estabelecidos com as Secretarias de Educação e Comissões Municipais, através do Programa de Alfabetização e do Programa de Educação Integrada – PEI com versão compactada das 4^a séries iniciais do antigo ensino primário. Os convênios se estenderam a outras entidades públicas e privadas.

Neste mesmo período, a Lei de Reforma 5692/71 atribui um capítulo para o ensino supletivo e recomenda aos Estados o atendimento aos jovens e adultos. O passo seguinte a Lei 5692/71, foi dado pelo MEC quando organiza um grupo de estudo para deliberar e determinar a política do Ensino Supletivo, sendo que o mesmo foi apresentado como uma fonte inesgotável de recursos e soluções para concertar, a cada instante, a realidade escolar às mudanças que se encontravam em ritmo crescente e assustador no país e no mundo.

A Lei 5692/71 conferiu autonomia e flexibilidade aos Conselhos Estaduais de Educação para organizarem e para que aplicassem determinadas normas para o tipo de oferta de cursos supletivos. Desta maneira, isto provocou muitas diferenças nas modalidades inseridas nos estados brasileiros. Algumas Secretarias Estaduais de Educação, para poderem praticar a legislação vigente, criaram o Departamento de Ensino Supletivo (DESU), estimando a grande importância que esta modalidade de ensino estava adotando.

Após este turbulento período em que nosso país submeteu-se a um regime ditatorial, em 1985, após a redemocratização do país, muitos programas como o MOBRAL, não apresentaram condições políticas para sua sobrevivência. Sendo assim, o MOBRAL foi extinto e substituído pela Fundação Educar.

O projeto Educar criado pela Nova República funcionava em parceria com municípios e, apesar de sua orientação político-pedagógica de educação funcional, a descentralização de suas ações possibilitou uma maior diversidade de orientações e práticas pedagógicas. Também trabalhava com alfabetização e pós-alfabetização, refletindo outras concepções acerca do processo. Uma delas é a de que havia necessidade de uma continuidade da educação básica, a fim de não ver reduzido o trabalho de alfabetização com o retorno dos sujeitos ao analfabetismo ou agora transformados em analfabetos funcionais.

Em março de 1990, com o governo Collor, a medida provisória nº 251 extinguiu a Fundação Educar. Nessa época o Ministério da Educação lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) gestado no governo Chiarelli, mas nunca chegou a se concretizar.

No governo de Itamar Franco, as formulações em relação ao Plano Decenal de Educação, apontavam para a necessidade de examinar as diretrizes de uma política educacional para jovens e adultos. Nesta gestão, nada de inovador concretizou-se na prática educacional, devido ao descomprometimento da União.

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96, deixou muito a desejar em relação às discussões expressas na versão proposta pelo Congresso Nacional de Educação.

No entanto, a EJA, ao ser tratada como parte do Ensino Fundamental, e ao deslocar o ensino supletivo como um qualificativo e não mais um substantivo, possibilita, pelo menos, uma nova leitura: a de que a educação de adultos traz uma especificidade própria, considerando tratar-se de educandos que são portadores de múltiplos conhecimentos. Inclusive desafia a escola para aproveitamento e reconhecimento destes saberes construídos em espaços não escolares, e que, por isso mesmo, ela não pode ser considerada como uma

simples reposição condensada do ensino regular, idéia comum em relação ao ensino de suplência.

Em 1997 foi implantado o Programa Comunidade Solidária pela primeira-dama da República, a antropóloga Ruth Cardoso. Foi um dos cursos mais importantes para a alfabetização de adultos, que em parceria com empresas, universidades e prefeituras, buscavam atender municípios do Norte e Nordeste com altíssimos índices de analfabetismo.

Como sua proposta com o educando não ultrapassa cinco meses de trabalho em classes de alfabetização, dificilmente se pode considerar esses cidadãos alfabetizados. Mas, se este esforço for articulado com os municípios para darem continuidade ao processo de alfabetização e escolarização, poder-se-á inclusive incorporá-lo ao ensino regular.

No ano 2000, sob a coordenação do Conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, é aprovado o Parecer nº 11/2000 – CEB/CNE, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Também foi homologada a Resolução nº 01/00 – CNE.

Em 2003, o Ministério da Educação anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do governo federal. Neste mesmo ano foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta era erradicar o analfabetismo. Para cumprir a meta, foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, pelo qual o MEC apóia os governos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e ONG's que realizam ações de alfabetização de jovens e adultos e formação de alfabetização. O Programa ainda está em andamento, não sendo possível afirmar se a meta foi alcançada.

Ao longo da história, o modelo de educação rural no Brasil, desde 1930, sempre se contrapõe a Economia Solidária, o movimento do capital de desestruturação da produção camponesa, tanto para a formação de um mercado de força de trabalho quanto para a constituição de condições para a modernização da produção agrícola. O emprego de máquinas, de tecnologias e insumos, próprios desta modalidade de produção, demandará o aumento das lavouras e, conseqüentemente, das propriedades rurais, fortalecendo o latifúndio que nasce com a colonização.

Faz-se necessário mudar este cenário através de novas concepções e formas de compreender o processo de desenvolvimento diferente – menos preocupado com o capital financeiro – mas também com as novas formas de conceber e organizar a economia de inserir e integrar a sociedade em torno do processo.

Para Marcos Arruda (2003) a Economia Solidária promove a educação não como um fim em si, mas como via de empoderamento dos educandos para tornarem-se gestores competentes de seus empreendimentos cooperativos e sujeitos do seu próprio

desenvolvimento pessoal, comunitário e social, chamando-a de educação da Práxis. Essa educação integra de maneira dinâmica e complementar o ato de conhecer e o ato de trabalhar.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a economia solidária é uma práxis eminentemente pedagógica. É precisamente porque “a economia solidária é um ato pedagógico” (SINGER, 2005) que temos necessidade de construir uma **pedagogia da economia solidária**. As pedagogias clássicas não dão conta da riqueza dessa nova realidade econômico-política que está se construindo hoje. O Ensino da autogestão é um exemplo prático. Como ensinar autogestão? Só pelo exemplo. Não dá para ensinar autogestão com “lições de autogestão”, como não dá para ensinar democracia com “lições de democracia”. É uma pedagogia a ser construída com a prática. Aqui vale a advertência de Paulo Freire: “Ninguém ensina nada a ninguém. Aprendemos juntos, em comunhão”. Não se trata apenas de oferecer cursos. Trata-se de construir valores, uma cultura, juntos.

A economia solidária baseia-se na ajuda mútua e esse princípio pedagógico da reciprocidade e da igualdade de condições – exigência de todo diálogo verdadeiro – entre educador e educando, deve ser levado em conta, sobretudo na formação em economia solidária.

Não se pode pensar numa cultura para a solidariedade sem formação para a sensibilidade. A cultura da solidariedade e a educação estética estão intimamente relacionadas. A educação estética mobiliza para a sensibilidade, abrindo-se para o novo, para o outro, para o diverso. Daí outra dimensão da educação para uma cultura solidária, que é o respeito e a valorização da diversidade cultural. Trata-se de não impor padrões culturais, mas de compartilhá-los, valorizá-los, não estabelecendo uma relação de hierarquia entre eles.

O desenvolvimento humano é resultado de um trabalho comum, na evolução da teia da vida. Essa oportunidade de se desenvolver, o ser humano encontra na educação e na cultura. Uma educação para a cooperação, uma educação para a solidariedade, não é apenas uma opção ética. É uma condição humana necessária para o desenvolvimento pessoal e social. Respeitar os talentos de cada um, de cada uma, valorizá-los e promovê-los, é um dever educacional e uma responsabilidade social e política de todos e todas.

A educação elucida a importância do homem do campo na luta pela formação social brasileira, não somente pelo seu acesso e permanência na terra, mas também, com condições de produzir a vida com qualidade, assegurando sua função social, garantindo a soberania e segurança alimentar a população do campo e da cidade, pois a agricultura de base familiar camponesa é responsável pela maioria dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

Um dos poucos avanços que demonstram a participação do estado como apoio a EJA/ECOSOL, foi a instituição do Programa Saberes da Terra, em 2005, transformado em Pró-Jovem Campo Saberes da Terra em 2008, oferecendo à jovens e adultos na faixa etária de 18 a 29 anos, escolarização a nível de Ensino Fundamental, integrada à qualificação profissional tendo como agricultura familiar como eixo articulador do currículo contextualizado.

UFCG/BIBLIOTECA

4. A ESCOLA MUNICIPAL DO SÍTIO ESPINHEIRO & ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DO SÍTIO ESPINHEIRO EM CUITÉ – PB.

A referida escola está situada na zona rural de Cuité - PB. Foi fundada em 1985, com objetivo de acolher as crianças na faixa etária de 06 a 10 anos como clientes das séries iniciais do ensino fundamental a partir de 2010 foi criada a modalidade de EJA, com a demanda inicial de 25 alunos matriculados, cuja finalidade é tentar fazer com que a comunidade daquela zona rural possa melhorar o nível de qualidade de vida, desenvolvendo melhor as tecnologias sociais aplicadas à apicultura, principal fonte de renda daquela comunidade, e consequentemente mudar a visão de o de que o analfabeto é a causa do subdesenvolvimento, más sim, a consequência.

Sabemos que a realidade da comunidade do Sítio Espinheiro, Cuité – PB, não é diferente das demais comunidades do nordeste brasileiro, que em virtude não somente da problemática da estiagem comum nessa região, tem a grande mazela da desigualdade socioeconômica, e as grandes diferenças de distribuição de renda, favorecendo a proliferação de pessoas que vivem na margem da linha de pobreza, e é essa realidade que muitas vezes fazem com que os jovens e adultos de nossa região não consigam concluir a sua escolaridade, tendo que abdicar do estudo escolar para ingressar de forma despreparada, na concorrência desleal do mundo do trabalho, sendo submetido ao trabalho escravo nos centros urbanos, quando conseguem ingressar em algum tipo de emprego ou subemprego, e quando não, encontra na ilegalidade e marginalidade a sua única forma de sobrevivência. Tudo isto nos leva a outro problema da Educação de Jovens e Adultos que é a evasão escolar, evasão essa que não atinge apenas a Educação de Jovens e Adultos, más todos os seguimentos da educação brasileira, e com a tentativa de evitar o maior número de alunos desistentes é que a Escola Municipal do Sítio Espinheiro – Cuité – PB, busca sensibilizar os alunos através de palestras com vários profissionais, como técnicos agrícolas, engenheiros agrícolas, professores, médicos veterinários, entre outros, sobre a importância da formação do cidadão a partir da alfabetização e escolarização, bem com a adequação do horário das aulas, pois o horário de trabalho do homem do campo é um pouco diferenciado do trabalhador da zona urbana, e também considerando a crescente onda de violência que até pouco tempo, nem se cogitava na zona rural, hoje é uma realidade, faz com que o trabalhador dê preferência a

frequentar a escola a partir da 17:00 horas, tudo isto, objetivando a frequência e a permanência do aluno na sala de aula.

Segundo Marcos Arruda (2003), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é coisa de países pobres ou empobrecidos. Ela existe porque existem excluídos, porque existem crianças cujo direito a educação foi negado pela própria condição de terem que usar sua infância para trabalhar. Com pouco ou nenhum estudo, jovens e adultos trabalhadores ficaram limitados a ocupações informais ou subempregos, ou são os primeiros a serem demitidos quando as empresas querem cortar custos.

Para Arruda, a Educação de Jovens e Adultos, tem que casar *trabalho e educação*. Para isso precisa ser estruturada como um sistema diferente do sistema escolar tradicional. Tem que ser desenhada para atender as condições de vida e trabalho das pessoas que têm como ocupação principal garantir o suficiente para si e para suas famílias, quer como arrimos da família, quer para obter rendimento complementar.

Buscando melhorar o entendimento do senso associativistas e cooperativista, a Associação dos Apicultores do Sítio Espinheiro recorreram a base fundamental de nosso pensamento, que é a interação entre educação e trabalho, para tanto, solicitaram da Secretaria Municipal de Educação do Município de Cuité-PB, a implantação na escola existente na comunidade do programa de Educação de Jovens e Adultos.

A Associação dos Apicultores do Sítio Espinheiro foi fundada em 2001, com objetivo de unir os agricultores da zona rural da comunidade do Sítio Espinheiro – Cuité – PB, para que pudessem produzir e comercializar os produtos apícolas como forma de alternar seus rendimentos, entre apicultura e agricultura familiar, tornando estes produtores rurais e suas famílias capazes de resolverem problemas comuns, entre outros, na área de educação, de saúde, da produção e comercialização de alimentos e produtos artesanais, capazes de dinamizar o processo produtivo rural desenvolvendo ações em benefício da comunidade por eles constituída, efetuando compras de insumos e equipamentos, construir área de beneficiamento de produtos, construir armazéns, agregar valores a produção através de seleção e classificação dos produtos, embalagens e industrialização; produção de produtos artesanais contribuindo para o fortalecimento dos laços familiares e culturais, no entanto, esses objetivos são difíceis de serem alcançados em sua plenitude, pois a maioria dos associados ainda não assimilaram a importância do associativismo, confundindo muitas vezes com o livre mercado, ou por questões culturais ou pela baixa escolaridade causando um certo desconforto para a Associação; outro fator que impede o avanço do empreendimento é a falta de apoio dos poderes públicos que pouco tem investido no empreendedorismo do campo, essa

falta de incentivo do governo enfraquecem as associações rurais, por ser exatamente através das práticas associativistas que os empreendedores rurais tem chance maior e mais igualitária de desfrutarem de recursos disponibilizados pelo governo a fim de promover o desenvolvimento do setor

Para Paul Singer(2003), na Econômica Solidária cada trabalhador é responsável pelo que ocorre com a empresa, participando plenamente, tanto das sobras (lucros) quanto dos prejuízos. Se as sobras são significativas, parte delas será investida no empreendimento, valorizando a propriedade do conjunto dos sócios. É a assembleias dos sócios que decide o que deverá ser feito com as sobras ou como devem ser cobertos os prejuízos, se houver.

Em um mercado livre, os produtores que atendem melhor os consumidores, vendem suas mercadorias a preços maiores que os demais. A Economia Solidária propõe que o Estado tribute parte do excedente auferido pelos mais afortunados e a transfira aos que foram preteridos pelos compradores. Ao mesmo tempo (como todos cooperam entre si) os preteridos aprenderão com os mais afortunados como corresponder melhor aos desejos dos consumidores. Pois se não for assim, a sociedade polarizar-se-á entre ganhadores e perdedores, levando a formação de nova sociedade de classe (ou volta à velha).

A Economia Solidária é produzir tanto por convicção intelectual como por afeto pelo próximo, com o qual se coopera. A hipótese aqui é que todos tem inclinação tanto para competir como para cooperar. Qual dessas inclinações acabará por predominar, vai depender muito da prática mais frequente que é induzida pelo arranjo social em que o sujeito nasce, cresce e vive.

A Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que se propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de se aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a EJA na localidade do Sítio Espinheiro na cidade de Cuité - PB já evoluiu significativamente nos últimos anos, considerando-se que o número de alunos atendidos vem aumentando. Todavia, ainda são necessárias Políticas Públicas específicas que atendam essa modalidade de ensino, propiciando uma educação de qualidade para jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso de freqüentar a escola no período regular.

Também, faz-se necessário uma política nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal, que viabilize recursos para que seja realizado um trabalho de melhor qualidade. O estudo, a pesquisa e a produção de material didático-pedagógico são importantes para a realização desse trabalho.

Superar todo esse contexto no qual se construiu a Educação de Jovens e Adultos que se apresenta hoje não é fácil. É preciso, antes de tudo, entender a escolarização desses alunos como de fundamental importância, pois eles são os pais, as mães, os trabalhadores, aqueles que constroem, com seu trabalho, os meios necessários à sobrevivência e que na história deixam a sua contribuição.

A superação do quadro crônico de analfabetos ou semi-analfabetos em nosso país está a exigir o repensar desta importante questão recorrente no processo de nosso desenvolvimento histórico, sendo necessário promover debates acadêmicos, elaboração de pesquisas e propostas que visem superar a situação de extrema desigualdade social e educacional vigentes no contexto brasileiro.

Devemos considerar que os governos precisam assumir mais claramente uma atitude convocatória, chamando toda a sociedade a engajar-se em iniciativas voltadas a elevação do nível educativo da população. O teor desse chamado deve contemplar, especialmente, a motivação para que todos continuem aprendendo ao longo da vida, visto que a necessidade, à vontade e a possibilidade de aprender são inerentes a todos os seres humanos, do nascimento à velhice. É preciso, considerar também, a necessidade de qualificar a demanda por esses serviços, por meio de ações culturais e políticas voltadas ao amplo reconhecimento do valor da educação continuada como estratégia de promoção de equidade educativa e social.

Percebe-se, portanto, que a Educação de Jovens e Adultos, apresenta-se como questão ampla e complexa, que não será resolvida apenas em nível de decisões governamentais, mas, exige o engajamento de todas as pessoas que acreditam no potencial humanizador e transformador da educação, oportunizando a inserção crítica e participativa de seus usuários nos destinos da sociedade.

6. REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Marcos. *Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e Economia Solidária*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRASIL. **Constituição**. Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1998.
- DI PIERRO, M.C., JÓIA, O., RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Caderno Cedes**, Campinas, ano XXI, nº. 55, novembro/2001, p. 58-77.
- _____. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed., 2002.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GADOTTI, M. **Educação e ordem classista**. Rio de Janeiro: Cortez, 1979.
- GADOTTI, M. ROMÃO, J. E. (orgs). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 7.ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.
- _____. **LDBEN**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Brasília: MEC, 1996.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LUZURIAGA, L. **História da Educação e da Pedagogia**. São Paulo: Nacional, 1973.
- OLIVEIRA, I. B. PAIVA, J. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- PAIVA, V. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 1987.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 45ª ed., 2005.
- PICONEZ, S. C. B. **Educação escolar de jovens e adultos**. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2003.
- PINTO, A. V. **Sete lições para a educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____. **Plano Nacional de Educação**. Lei 10172/01. Brasília: MEC, 2001.
- SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. IN: A. NÓVOA. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: D. Quixote, 1992.
- SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio D.(Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CC/BIBLIOTECA